



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH VI
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

MARGARETE SANTOS DIAS

**HOMEM DE LETRAS E HOMEM DE AÇÃO NO ALTO SERTÃO
BAIANO: JOÃO GUMES E A EDUCAÇÃO, 1903-1928**

CAETITÉ
2022

MARGARETE SANTOS DIAS

**HOMEM DE LETRAS E HOMEM DE AÇÃO NO ALTO SERTÃO
BAIANO: JOÃO GUMES E A EDUCAÇÃO, 1903-1928**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Ciências Humanas – Campus VI, em cumprimento aos requisitos para a obtenção de título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, sob orientação do Professor Me. Rogério Soares Brito e da Professora Dr.^a Maria Lúcia Porto Silva Nogueira.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH VI
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARGARETE SANTOS DIAS

**HOMEM DE LETRAS E HOMEM DE AÇÃO NO ALTO SERTÃO
BAIANO: JOÃO GUMES E A EDUCAÇÃO, 1903-1928**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas – *Campus VI*, em cumprimento aos requisitos para a obtenção de título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Me. Rogério Soares Brito (UNEB *Campus VI* - Orientador)

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Porto Silva Nogueira (UNEB *Campus VI* – Co-orientadora)

Prof. Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo (UNEB *Campus VI* – Examinador interno)

Prof.^a Dr.^a Zélia Malheiro Marques (UNEB *Campus VI* – Examinadora interna)

Aos vaga-lumes no meu caminho: Deus, pais,
orientador/a, professores/as e amigos/as.

RESUMO

O presente estudo tomando como parâmetro de observação a trama romanesca *Os Analphabetos* e o periódico *A Penna*, tem como objetivo analisar a produção literária e jornalística de João Antônio dos Santos Gumes como crítica da educação do Alto Sertão da Bahia no início do século XX, observando até que ponto as concepções educacionais e denúncias que perpassaram o pensamento intelectual e a vida social do autor, entre 1903 a 1928, estavam afinadas com as ideias que circularam no país e reverberaram na sociedade caetiteense. Durante muito tempo, a apropriação de fontes de pesquisas primaram pela “objetividade”, “neutralidade”, “fidedignidade” e “credibilidade” (LUCA, 2008, p. 112). Assim, a literatura enquanto material do “fazer científico” assumiu um papel secundário, contudo, a compreensão da necessidade de consulta de saberes de outras áreas fez com que esses ideais fossem repensados e a partir desse momento a atenção voltava-se para “sujeitos comuns”, personagens pouco conhecidos, e para questões relacionadas ao cotidiano. Por isso, essa análise partiu de uma personalidade regional situada à margem do cânone literário que fez da escrita uma categoria sociopolítica de reivindicação de uma educação e de uma alfabetização inclusiva e democrática para seus conterrâneos. As análises utilizaram do método interpretativo da hermenêutica, da técnica denominada documentação indireta (MARCONI; LAKATOS, 2003) e de trabalhos de pesquisadores, Saviani (2001; 2007), Nogueira (2010; 2015), Pinto (2020), Silva (2018), Sevcenko (1999), Sodré (1977), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Alto Sertão da Bahia; Educação; Os Analphabetos; A Penna; João Gumes.

ABSTRACT

The present study, having as observation parameter the novelistic plot *Os Analphabetos* and the periodical *A Penna*, aims to analyze the literary and journalistic production of João Antônio dos Santos Gumes as the education critic of the Alto Sertão da Bahia at the beginning of the 20th century, observing the extent to which the educational conceptions and accusations that pervaded the author's intellectual thought and social life, between 1903 and 1928, were according to the ideas that were spread in the country and reverberated in the society of Caetite. For a long time, the research sources appropriation prioritized the "objectivity", "neutrality", "reliability" and "credibility" (LUCA, 2008, p. 112). Thus, literature as a "scientific doing" material, assumed a secondary role, however, comprehending the need in consulting knowledge from other areas, made these ideals to be rethought and from that moment on the attention were turned to "common subjects", little-known characters and to everyday life issues. Consequently, this analysis has a regional personality as a starting point, situated on the canon literary fringes, who made writing a sociopolitical category demanding an inclusive and democratic education and literacy for his countrymen. The analyzes used the interpretive hermeneutics method, the technique called "indirect documentation" (MARCONI; LAKATOS, 2003) and researchers' works, Saviani (2001; 2007), Nogueira (2010; 2015), Pinto (2020), Silva (2018), Sevcenko (1999), Sodré (1977), among others.

KEYWORDS: Alto Sertão da Bahia; Education; The Illiterates; The Pen; João Gumes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Metodologia e método de pesquisa	9
2. A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX E O IDEÁRIO REPUBLICANO	14
3. A ESCRITA DE JOÃO GUMES E UM LUGAR SOCIAL	21
3.1. Uma leitura a <i>contrapelo</i> : <i>Os Analphabetos</i> e <i>A Penna</i>	25
3.2. <i>Caetité exporta professores</i> : <i>Escolas Normais n'A Penna</i>	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5. LISTA DE FONTES	38
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa consubstanciou-se nas discussões empreendidas no componente curricular Estudos da Produção Literária Brasileira e a partir do encontro Sertões da Bahia: pesquisa e prática, promovido pelo Centro de Estudos Literários Latino-Americanos/CEL, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCH-VI. As reflexões sobre educação, literatura e história latino-americana e do sertão baiano, partindo de autores locais, situados à margem do cânone literário como João Antônio dos Santos Gumes, suscitou a percepção do valor da produção escrita sertaneja para a realização de investigação no âmbito acadêmico, na área da literatura baiana e para o meio social no sentido de contribuir para visibilizar a produção do escritor nos diferentes lugares.

Suas produções foram preservadas pelo Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC¹, o qual digitalizou e disponibilizou para consulta o acervo particular do autor e outros materiais angariados na sociedade através de familiares e amigos. Muitas de suas obras ainda inéditas necessitam de publicação e de estudo, as quais fornecem um panorama das redes de sociabilidades estabelecidas no espaço sertanejo, permitem entrever os processos históricos, a situação da educação na região e as contradições de sua época.

Em contato com a escrita do autor, em específico com o romance *Os Analphabetos*, em que se estabelece uma crítica à negligência e ausência de incentivos do poder público em prol do combate ao analfabetismo vigente no país, em especial dos espaços interioranos e de matérias publicadas no jornal *A Penna*², intituladas: *O Ensino Obrigatório* (1926), *Eschola Normal de Caetité* (1926), *Pensae na Educação do Povo* (1927), entre outras, observamos que as discussões acerca da educação regional e a importância de alfabetizar os seus conterrâneos foram temas recorrentes nas produções de João Gumes, perpassaram a sua vida social e o pensamento intelectual durante parte do século XIX e XX.

¹ O projeto do APMC concretizado na década de 1990 entre uma parceria da Universidade do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Caetité, exerce um papel exponencial para a preservação histórico-cultural da região, abrigando um vasto acervo arquivístico que abrange desde fontes documentais a impressas. Está localizado no prédio da antiga casa da câmara e cadeia, edificação do século XIX. Os acervos de documentos textuais e iconográficos do APMC remontam ao ano de 1808, compõe-se de documentos textuais do poder legislativo, judiciários e do executivo, os quais encontram-se abertos à consulta pública. No que lhe concerne, os arquivos privados são formados por um extenso acervo periódico, iconográfico, bibliográfico e de correspondência.

² Periódico fundado e redigido por João Gumes que circulou na região de Caetité e do Alto Sertão Baiano no período entre 1897 a 1943. Mesmo postumamente, foi transmitido durante anos na região. O escritor publicou algumas de suas produções literárias em folhetins na própria tipografia d'*A Penna*.

Gumes viveu entre 1858 a 1930 em Caetité³, período este em que a educação foi um privilégio relegado a uma pequena parcela da população nacional. O país, nesse intermédio da vida do autor, enfrentava a abolição da escravatura, substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a consolidação do regime republicano no Brasil, momento em que os embates políticos e sociais que precederam a Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República (1889) foram deveras acirrados.

Esse cenário de efervescência nacional contribuiu significativamente para incitar as discussões acerca do direito à educação e de modernização em suas produções. É partindo desse contexto que surge o problema de pesquisa e o recorte temporal, em que se propõem analisar a partir da prática escrita e das representações expostas na trama *Os Analphabetos* e nos editoriais do periódico *A Penna*, o papel de intérprete e de crítico exercido por João Gumes na educação do Alto Sertão Baiano no início do século XX. Para tanto, observamos até que ponto as concepções educacionais do intelectual, entre 1903 a 1928, estavam afinadas com as ideias que circularam no país e até que ponto as suas denúncias e reivindicações reverberaram na sociedade caetiteense.

Selecionamos pesquisar o recorte de 1903 que culminou no fechamento da primeira Escola Normal de duração efêmera por conta de problemas políticos desencadeados no século XX segundo informações (SANTOS, 1995; GUMES, 1974); até o ano de 1928, data de publicação do manifesto, *Os Analphabetos*, pela Escola Typographica Salesiana da Bahia, reeditado em 2014 pela Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB.

A problemática advém da observação do posicionamento do alcance desses textos e, sobretudo, do papel atribuído por João Gumes à educação destinada ao sertão da Bahia. Os intelectuais, “inconformados e reformistas”, voltavam-se para os anseios locais de sua terra, fazendo referência através da escrita, no caso da personalidade em foco, a uma instância coletiva do espaço baiano e do “ser homem do campo”, registrando assim um completo engajamento e um afiado “senso de missão” para com os problemas sociais (SEVCENKO, 1999, p. 232).

Os principais eixos que sobressaem no presente estudo são, a educação e a alfabetização sertaneja, os quais serão analisados numa postura relacional e crítica a partir da perspectiva romanesca e jornalística do autor. Para isso, apoiamos nos pressupostos teórico-

³ Localizado à aproximadamente 636 km de Salvador o município interiorano berço de ilustres intelectuais destacou-se por sua atuação no campo educacional, sediou a primeira Escola Normal da região (1898-1903) e a Segunda Escola Normal (inaugurada em 1926), referência para a formação docente sendo conhecida pelo *slogan* “Caetité exporta professores”.

metodológicos de Saviani (2001; 2007), expoente da história da educação brasileira e de suas etapas de estruturação ao longo da construção do país, de estudiosos do referente espaço geográfico no século XX, particularmente, do escritor e de seu ideário educacional, a exemplo de Nogueira (2010; 2015), pesquisadora das representações de gênero nas obras de João Gumes e do papel relegado à mulher no cenário da educação regional entre 1897 a 1930. Pinto (2020) publicou recentemente uma dissertação acerca do tema de nosso interesse e das práticas culturais nos escritos guminianos, dando ênfase à época situada entre 1880 a 1930. Silva (2018) por sua vez, reflete o percurso social dos personagens sem instrução apresentados na literatura *Os Analphabetos*, dentre outros teóricos da hermenêutica, de fontes - arquivística e literária - tendo como expoentes, Dias (1998), Bacellar (2008), Sevcenko (1999), Chalhoub e Pereira (1998).

O arranjo estrutural da pesquisa encontra-se dividido em introdução, capítulos e subcapítulos. No primeiro momento, abordamos sobre a justificativa e o objetivo da investigação, os critérios adotados para o recorte e situamos brevemente o período em que João Gumes está inserido. Além disso, indicamos o percurso metodológico traçado para o desenvolvimento do estudo qualitativo, que ocorreu mediante a utilização da “documentação indireta”, sob a perspectiva do método interpretativo da hermenêutica.

Após esse momento inicial, realizamos no primeiro capítulo uma revisão sistemática da educação e do quadro da alfabetização no Brasil e nos rincões do sertão baiano, através dos indicadores estatísticos apresentados ao longo dos anos de 1903 a 1928, momento permeado pelo republicanismo já vigente no seio social.

No segundo, apresentamos o lugar de origem do cidadão sertanejo, a trajetória pessoal e profissional partindo principalmente da biografia manuscrita por Sadi Gumes em 1970, e enfatizamos as nuances de sua escrita social. Ainda no subcapítulo, buscamos realizar uma leitura a *contrapelo* das principais fontes constituintes do estudo a fim de enxergar para além do que esses textos apresentaram. Ademais, discutimos dialogicamente as concepções guminianas a respeito da instrução e da alfabetização destinada ao município interiorano e por fim, através da perspectiva do jornal abordamos um dos assuntos mais debatidos n’*A Penna*, a chegada da Escola Normal em Caetité.

1.1 Metodologia e método de pesquisa

A teoria, o método e os instrumentos de pesquisa constituem-se como princípios elementares na realização de um estudo científico (ALMEIDA; LEITE, 2013). A teoria

conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 116), exerce um caráter de orientação para o trabalho investigativo, servindo para “resumir sinteticamente o que já se sabe sobre o objeto de estudo” e funciona como “sistema de conceptualização e de classificação dos fatos”. O método, por sua vez, engloba um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permite ao pesquisador alcançar com segurança os objetivos pretendidos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Esse conjunto de procedimentos além de conferir respaldo científico possibilita observar todo o trajeto de investigação desde a formulação do problema até chegar aos objetivos propostos. Portanto, é um processo de construção de saberes que exige escolhas conscientes e importantes para que o pesquisador tenha suas ações orientadas por uma metodologia que melhor atenda e subsidie às suas especificidades.

Optamos pelo método qualitativo, que relaciona com as pretensões do respectivo trabalho, ou seja, de reflexão e análise da realidade e ficção por meio de técnicas e procedimentos para compreensão do objeto em seu contexto histórico (OLIVEIRA, 2010). Nessa perspectiva, utilizamos a técnica denominada “documentação indireta” que compreende a fase de estudo realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o fenômeno de interesse podendo ser realizada de duas formas possíveis o levantamento de dados, por uma pesquisa documental e por uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

As fontes documentais se definem como materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reformulados em consonância com o objeto de investigação (GIL, 2002). Assim, os documentos do APMC, ou seja, os periódicos, os manuscritos – livro de registro de assinantes do jornal, a biografia do autor escrita por Sadi Gumes (1970) – fontes memorialísticas - Santos (1995) e Gumes (1974) – bem como, fotografias, mapas, índices estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para verificar a situação da alfabetização regional entre outros materiais que se inserem nessa classificação constituíram a etapa de levantamento documental.

Por sua vez, a partir do levantamento bibliográfico fizemos uma coleta sistemática na biblioteca da UNEB e em outros locais dos principais trabalhos já realizados que se relacionam com o problema abordado e com o espaço geográfico de análise (MARCONI; LAKATOS, 2003). Assim, estudos e publicações de livros, teses, dissertações, monografias e pesquisas, contribuíram de modo relevante para a fundamentação teórica e metodológica.

Após a compilação e fichamento partimos especificamente para o recorte literário e jornalístico, tendo como base para a construção do *corpus* de análise a delimitação entre os

anos de 1903 a 1928, e o problema de pesquisa, ancorados em discussões sobre a educação e os paradigmas do período. Para tanto, extraímos trechos d'*Os Analphabetos* e selecionamos alguns editoriais do *A Penna – As Escolas Normaes* (1903), *Escolas Normaes do Centro* (1904), *O Ensino Obrigatório* (1926), *Eschola Normal de Caiteté* (1926), *Eschola Normal* (1926), *A Eschola Normal* (1926) e *Pensae na Educação do Povo* (1927).

Quanto ao procedimento de análise e interpretação dos materiais coletados partimos da perspectiva do método teórico da hermenêutica. Definida como crítica de interpretação a hermenêutica busca averiguar os sentidos que o autor quis exprimir em seu texto, o conhecimento da linguagem do autor, das circunstâncias históricas, ambientais e de pensamento que influenciaram a obra (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Cardoso e Vainfas (1997) afirmam que a análise textual exige de nós a percepção de que são fontes portadoras de um discurso as quais não podem ser vistas como algo translúcido, ao dedicar-se a observá-las devemos nos atentar para a maneira como são expostos os conteúdos históricos e literários que se tenciona examinar, procurar a conexão entre os elementos discursivos e as determinações extratextuais preexistentes a produção, trata-se antes, de relacionar texto e contexto.

Dias (1998), no texto *Hermenêutica do Quotidiano*, orienta-nos para apreensão da experiência de vida em sociedade, a considerar a coexistência da multiplicidade de tempos históricos (o cenário pós-abolicionista da escravatura e a consolidação do regime republicano no Brasil) e da multiplicidade de contextos (educação regional e a educação nacional) ao tentar analisar e entender as condições de sociabilidade de/entre sujeitos. Enfatiza ainda, a necessidade de politizar o cotidiano, historicizar os conceitos com os quais estamos trabalhando e buscar ler nas entrelinhas os sentidos implícitos dos textos (particularmente *Os Analphabetos* e *A Penna*), portanto, a hermenêutica instiga explorar os pormenores, o micro, para chegar no todo, macro.

A compreensão da importância de consulta de outros saberes e de outras áreas provocou no campo da historiografia uma ampliação de fontes, de modo a estender análises do contexto da época e de seus sujeitos. A atenção, a partir desse momento, volta-se para “sujeitos comuns” personagens até então pouco conhecidos e para questões da cotidianidade. As novas concepções históricas vão contra as interpretações reducionistas e generalizantes, passa a refletir e admitir as possibilidades de incertezas de suas convicções teóricas. Os historiadores franceses da revista dos *Annales* exerceram um papel exponencial nessa fase (PINSKY, 2008). Por isso, esse estudo embasado em fontes literárias, textos jornalísticos e de arquivos se fez possível, permitindo a interpretação do passado e o contato com os

testemunhos de sujeitos de épocas distantes, com os conflitos e as relações socioculturais do período. Há, portanto, muitas possibilidades de análise concedida por esses materiais.

Bacellar (2008), no que tange a análise de fontes arquivísticas, aconselha conhecer previamente a história do documento que se tem em mãos, entender as condições sobre as quais foram redigidos, os objetivos da produção do conteúdo e por quem foi escrito, enfim, submetê-lo a questionamentos de modo a captar o sentido social que circunda o texto e entender o contexto de seu tempo.

Do mesmo modo, no trato teórico-metodológico com a literatura é necessário ter um olhar diferente e uma certa sensibilidade para perceber os elementos textuais e extratextuais. Chalhoub e Pereira (1998), dizem que, para compreender “a lógica social” do texto literário é necessário um interrogatório sistemático sobre as condições de produção, as intenções do sujeito em produzir tal obra, indagar sobre qual literatura estamos falando, suas características, a forma que o outro concebe a sua arte e respeitar suas particularidades. Segundo esses autores é preciso entender que a produção literária traz sujeitos que intervieram no seu tempo.

Sevcenko (1999) propicia uma discussão interessante no livro *Literatura como missão* a respeito da diferença entre o ofício do historiador e o do literato, argumentando que, enquanto a historiografia preocupa-se com a realidade objetiva, concreta e o ser das estruturas sociais, a literatura, por outro lado, é motivada pela imaginação e pelo vir-a-ser se prendendo aos planos do não concretizado.

Nessa perspectiva, seria errôneo menosprezar o mérito da segunda fonte pela sua ficcionalidade, tendo em vista que isso não significa que ela atue de modo desconexo da realidade, pois enquanto algo construída socioculturalmente, advinda de um tempo, motivada pelas questões de seu entorno pode fornecer subsídio de análise, documentação e problematização acerca das questões do meio.

[...] a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas e episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção (SEVCENKO, 1999, p. 246).

É importante que haja uma inter-relação entre ambas as áreas em prol da construção de conhecimento, sem contudo deixar de respeitar as especificidades de cada campo do saber seja ele histórico ou literário. Usadas de forma a cruzar informações tais fontes podem e

devem ser submetidas a indagações, tendo em vista que “o que não é visível num plano, verifica-se noutro, de maneira que cada domínio de saber fornece uma chave de entrada ao objeto” (PESAVENTO, 2002, p. 267).

Dito isso, reiteramos que as nossas fontes não estão circunscritas apenas ao texto jornalístico de João Gumes, mas também ao literário, a jogar que “a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas dos brasileiros” (CANDIDO, 2006, p. 138-139).

Assim, partindo da metodologia selecionada e dos métodos supracitados acreditamos atingir com maior segurança e sistematicidade os objetivos aqui propostos.

2 A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX E O IDEÁRIO REPUBLICANO

É necessário antes de adentrarmos na discussão propriamente sobre os escritos guminianos conhecer como se apresentava o cenário educacional no período, para isso elegemos como aporte teórico para discorrer sobre os conceitos basilares do presente estudo educação e alfabetização sertaneja no século XX, período vigente do regime republicano no Brasil como modelo de governo e de ideologia, às concepções teóricas de Saviani (2001; 2007) no que se refere à história da educação brasileira e aos seus paradigmas. Apropriamos também de alguns dados estatísticos fornecidos por Carvalho (2008) sobre o analfabetismo na transição do século XIX para o XX, por mais que nosso recorte não compreenda esse momento de forma total vale entender como esse cenário se apresentava. Quem também pondera sobre esses índices entre os anos de 1900 a 1920, observando a taxa demográfica do país é Lourenço Filho (1965), contribuindo significativamente para entender o quadro geral e o recorte da pesquisa.

A história da educação brasileira, conforme Saviani (2001; 2007), pode ser estruturada em duas etapas vigentes ao longo da construção do Brasil, cada uma subdivide-se em três categorias, na primeira etapa temos a Pedagogia Jesuítica (1549-1759), Aulas Régias (1759-1827) e Início da Implementação da Educação Pública (1827-1890); a segunda etapa, por sua vez, se divide em Implementação das Escolas Estaduais Primárias e o Ideal Republicano (1890-1931), Reformas no Âmbito Nacional e o Ideário Pedagógico Renovador (1931-1961) e a Unificação Normativa da Educação Nacional e o Ideário Produtivista (1961 aos dias atuais). Desse modo, observando a delimitação do trabalho e o momento em que João Gumes está escrevendo partimos da Implementação das Escolas Estaduais Primárias e o Ideal Republicano de 1890-1931, juntamente com a formação docente que se deu com a consolidação das Escolas Normais (método esse também adotado por Pinto (2020) em sua pesquisa). Nesta perspectiva, no decorrer das discussões retomaremos a categoria escolhida.

Historicamente, a educação desde a colônia foi um privilégio relegado a poucos. Os locais provincianos detentores na sua maioria de uma classe desprivilegiada e de um restrito grupo social letrado mantinham-se aquém do processo de letramento e da sua importância. A administração colonial portuguesa não contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência educacional tendo em vista o descaso com que tratou a educação primária, a qual estava inicialmente sob a responsabilidade dos jesuítas, porém isso não muda após a expulsão desses religiosos em 1759, passando aos domínios do governo meio século pós-independência, já em

1872, verifica-se que apenas 16% da sociedade era alfabetizada, diante disso, pode se precisar a situação da época e o descaso do governo (CARVALHO, 2008).

Carvalho (2008) reitera que os dados de votação do país dizem muito sobre essa situação do analfabetismo, pois no pós-colônia mais de 85% da população brasileira era analfabeta e isso repercutiu diretamente nas estatísticas eleitorais já que em 1886 votaram nas eleições parlamentares um estimado de 100 mil eleitores, o que correspondia a 0,8% da população total. Com a Proclamação da República em 1889, essa situação não sofreu grandes alterações, o autor mostra que na primeira eleição popular para Presidência da República em 1894, votaram 2,2% da população e em 1930, última eleição presidencial do período em estudo, voltaram no Brasil 5,6% da população.

Esses índices eleitorais nos fornecem indícios de que o país excluiu os analfabetos, parcela majoritária da população brasileira, do projeto de exercício da cidadania, revela ainda, a carência de instituições públicas e gratuitas em prol desse ideário republicano. Infelizmente, no Nordeste, a realidade não destoava desse cenário. Carvalho (2008) chega a comparar a República Brasileira a República dos *Bruzundangas*, romance satírico do escritor Lima Barreto onde descreve uma república fictícia em que “os políticos práticos” conseguiram a proeza de abolir quase por completo do “aparelho eleitoral este elemento perturbador - o voto”.

Ademais, acrescenta que o cenário da educação superior não diferia muito em contraposição com países como a Espanha e Portugal nunca permitiu em sua colônia a criação de universidades, só passaram a admitir o ensino superior após a chegada da corte portuguesa em 1808, assim, não é de se estranhar que aqueles que desejavam fazer o nível superior e possuíam condições econômicas tinham como curso natural viajar para esses lugares.

O Brasil, eminentemente rural, na transição do século XIX para o XX caminhou gradativamente para dois processos históricos marcantes, a abolição da escravatura em 1888 e para a Proclamação da República em 1889. Com essa mudança de cenário e para adequar ao espírito do progresso dos novos tempos a necessidade de escolarização é posta. Emanado da República, o discurso progressista não se fez ouvir apenas no eixo de prestígio Rio-São Paulo, levado ao sertão baiano por intermédio da escrita contribuiu para a efetivação de mudanças na realidade local e de mentalidade, sobretudo no que diz respeito ao quadro educacional e aos elevados índices de analfabetismo da região.

O ideário modernizador e civilizacionista, ocorrido inicialmente no Rio de Janeiro e expandido posteriormente para as demais localidades do país⁴ se defrontava com a problemática de uma grande parcela de analfabetos cuja visão de mundo na região de Caetité era muito avessa aos valores da educação, o que ia de encontro com os objetivos pretendidos da época. Emerge-se daí, a necessidade de a estrutura social e educativa ser condizente com o progresso que vinha se delineando, os costumes, portanto, de uma sociedade ainda estruturada sobre os moldes do sistema escravocrata e arcaico destoava das perspectivas advindas do mundo dito “civilizado”.

Segundo informações expostas por Lourenço Filho (1965), o acesso à educação no período restringiu a uma parcela ínfima da sociedade brasileira. A taxa de analfabetos em 1900 entre a faixa etária de 15 anos ou mais no país era de 65,3%, enquanto a população estimada em milhões atingia 18,2, por outro lado, em 1920 esse percentual decresce para 64,9% sem muita modificação do quadro geral de instrução de uma população que já superava um total de 30,6 milhões de habitantes.

Em relação aos rincões do sertão baiano esses dados são ainda mais alarmantes de acordo com estudos locais. Pinto (2020) com base nos dados extraídos do livro *Caetité – a terra, a cultura e sua gente* do professor Bartolomeu Mendes e do censo demográfico do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE de 2014, ressalta que menos de 1% dos caetiteenses estavam matriculados na escola se considerarmos o número de instituições primárias atuantes no município em 1888, que foram três cadeiras (escolas) das quais duas destinadas para o público feminino e uma para o masculino, compreendendo um total de 76 alunos. A população existente em 1892 fim do século XIX em Caetité era de 24. 555 habitantes.

Um dado mais atualizado sobre as escolas de Caetité e que coincide com o recorte adotado é de 1927 extraído por Nogueira (2015, p. 151-152) de Silva 1932, em que consta no município a existência de 15 instituições primárias mantidas pelo Estado das quais 4 eram masculinas, 4 femininas e 7 mistas, cujas matrículas somavam um total de 591 alunos e 576 alunas. Além disso, mostra que outras instituições ofertavam o Ensino Complementar ou Secundário no século XX na região como a Escola Americana para moças e rapazes e o

⁴ Segundo Sevcenko (1999), com o advento da República e a partir da campanha de modernização empreendida nos centros urbanos (responsável por conduzir grande parte da população marginalizada para os locais periféricos e insalubres da cidade) “proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo” no Rio de Janeiro, despertando uma vontade de “ser estrangeiro”, de seguir as influências que advinham do Velho Mundo principalmente da França. Em Caetité esse momento de busca de identificação e as reformas propostas pelos governos municipais de acordo com Santos (2001), ocorriam de modo a melhorar a estética do município, calçamento das ruas, arborização urbana, serviço de água encanada, construção de espaços de lazer, iluminação, etc.

Colégio São Luiz Gonzaga para rapazes, os dois exerceram suas atividades entre 1912 e 1925, além destes, tinha também o Colégio Imaculada Conceição destinado para moças em sistema de internato e externato, dirigido por freiras funcionou de 1919 a 1925 e a partir de 1927 com a chegada da Escola Normal começa a ofertar o ensino secundário na cidade.

Decorrente do processo colonizador, os moldes da educação nacional ocorreram por uma nítida separação entre o público feminino e o masculino nas escolas da região, apesar da participação da mulher nesse espaço para aquisição de conhecimento muito se propagou acerca do pensamento positivista do período, momento em que, a alfabetização das mulheres era permitida, mas, dentro de algumas limitações, ou seja, sem enfrentar a autoridade paterna ou do marido (NOGUEIRA, 2015).

Percebemos com os dados mencionados que gradativamente o ensino estendia-se para outras parcelas da sociedade, porém, a exclusão ainda permanecia majoritária, sobretudo das classes menos favorecidas tendo em vista que o processo de seleção para adentrar essas instituições era bem rigoroso e não raro os filhos de famílias abastadas recebiam maior prioridade para se matricularem, "aprender, naquela época, era um privilégio" escreveu a memorialista e professora Helena Lima Santos em 1995. Anísio Teixeira (1977) criticou esse processo de educação seletivo destinado a privilegiar alguns relegando outros ao insucesso e a uma vida de servidão intelectual, subordinados àqueles que tiveram o privilégio de receber uma educação, logo, por mais que houvesse a ambição de uma escola comum e democrática para todos isso não se efetivou de fato.

Aqueles que possuíam poder aquisitivo contratavam preceptores particulares por um determinado tempo para ensinar seus filhos. Os mestres-preceptores responsáveis por cuidarem da educação de jovens e crianças do domicílio caracterizavam-se pelo fato de coabitarem a mesma casa de seus alunos constituindo-se, desse modo, integrante da realidade doméstica, comumente eram encontrados, lecionando para as classes mais abastadas, sobretudo por ter o custo de manutenção maior para as famílias. Vasconcelos (2004)⁵ assevera que a prática da educação particular doméstica efetivada na residência dos aprendizes sob a escolha e vigilância dos pais advinda das elites no Brasil de Oitocentos existiu desde outrora, primeiro surge em determinados períodos históricos como alternativa para a instrução e depois como forma de ensino utilizada pelas elites para educarem seus filhos.

⁵ Vasconcelos em *A casa e os seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos* (2004) além desta categoria estabelece outras com algumas particularidades como mestre-escola que não habitavam nas residências que lecionava e o ensino doméstico ministrado por familiares.

A educação doméstica, as práticas educativas realizadas intencionalmente na residência dos aprendizes, anteriormente privilégio de príncipes e nobres, se populariza a partir do século XVIII, entre as classes abastadas dotada de um bom pecúlio, que desejavam para sua prole uma educação “esmerada”, concernente com o que à época considerava parte do estatuto de distinção entre os sujeitos, ou seja, ler, escrever, estudar teologia, filosofia, retórica e línguas (VASCONCELOS, 2004, p. 25).

No Brasil, essa modalidade de instrução segundo a autora, comum até o início do século XX abarcava não só a formação elementar, ou seja, o ensino da escrita, leitura e contas, mas também abrangia o ensino de conhecimentos fundamentais à época necessários para a continuidade da formação dos alunos.

Vasconcelos (2004) destaca, ainda, que esse modelo pensado a partir das práticas educativas da Igreja que desejando preparar os meninos para a vida religiosa instruíam-os de início no âmbito doméstico, depois com a edificação de escolas nos espaços dos conventos e igrejas episcopais. Desse modo, ressalta que esse modelo partindo das práticas usadas pelos espaços religiosos não mais atendia as exigências sociais do Estado e da população, assim, a institucionalização da educação, bem como, a estatização, ou seja, as escolas desenvolvidas que se encontravam sobre responsabilidade estadual objetivavam promover através de locais propícios para esse fim o letramento da população, porém, indicadores e algumas evidências mostram que não foram suficientes para suprirem todos, ora que, não se destinavam ao povo de modo geral o que corroborou para a permanência da modalidade educacional doméstica durante algum tempo.

Esta prática da educação doméstica no Brasil adentrou o início do século XX na região de Caetité. Era comum fazendeiros e famílias abastadas utilizarem dos serviços desses mestres para lecionar seus filhos. João Gumes, por exemplo, exerceu por 8 anos o papel de mestre-preceptor nas imediações de Palmas de Monte Alto, região perto do município de Caetité, localizada no sudoeste do Estado da Bahia. Em *Os Analphabetos* essa função é representada no momento em que o fazendeiro, um dos protagonistas da trama, contrata uma professora para ensinar seus trabalhadores.

Todavia, grande contingente populacional do Alto Sertão da Bahia que não dispunha de uma situação econômica favorável ficava à margem desse processo de letramento. Foi justamente esse cenário que incita a insurgência de “escritores-cidadãos”, homens de letras preocupados não só com a ficcionalidade, mas com a realidade social, fazendo das questões de seu meio e das necessidades de sua terra tema profícuo de suas narrativas romanescas e periódicas, instrumentos cívicos de reivindicação dos anseios pessoais e coletivos. Nota-se

esse hibridismo e pragmatismo na escrita gumínia que reivindica melhores condições para a população regional.

Foi através do periódico *A Penna* espaço de formação intelectual e literária, fundado e redigido por João Gumes que circulou na região sertaneja da Bahia entre 1897 a 1943, que o autor deu voz às discussões sobre a importância da educação para o sertão baiano e a chegada das Escolas Normais no município. Publicou diversas matérias a esse respeito além de editar parte de suas produções escritas em folhetim na tipografia, dentre elas, *Os Analphabetos* (1928).

No prefácio do romance, o escritor oferece o texto ao público como subsídio à campanha contra o analfabetismo vigente que se levanta em todo o país durante o primeiro período republicano. Preocupação de intelectuais e políticos as discussões acerca da falta de escolarização do povo ganham fôlego, assim, nesse contexto, foram criados movimentos e campanhas em prol da instrução pública em toda a nação cujo objetivo centrava-se na promoção da alfabetização nos mais distantes lugares e no sertão da Bahia, destaca-se, a figura de João Gumes, sintonizado com o que se passava no país entendendo que a falta de instrução inviabilizava os anseios progressistas.

Pinto (2020), no que concerne à campanha mencionada pelo escritor em *Os Analphabetos* assevera que o estudo da história nacional permite fazer uma analogia com a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo criada em 1915 por um grupo de intelectuais de anseios comuns no Rio de Janeiro, com a adesão de 150 pessoas e mais 18 voluntários os quais se comprometeram com a missão de ensinar gratuitamente nas escolas a serem abertas. Segundo os pressupostos estabelecidos pela Liga estava o de alfabetizar totalmente o Brasil dentro do período de sete anos, contudo, os dados colhidos sobre esse fenômeno no país permitiram afirmar que o objetivo principal da liga não foi atingido e em 1940, encerra efetivamente suas atividades.

Em sua dissertação, Silva (2018) relata que João Gumes não estava sozinho nessa empreitada, pois o analfabetismo e a alfabetização foram assuntos constantes na literatura brasileira, central ou subjacentes à escrita dos escritores, os intelectuais reivindicaram uma melhor promoção da instrução pública, assim, os ideais do escritor caetiteense aproximava-se de outros escritores do cânone da literatura nacional entre a segunda metade século XIX e a primeira do XX. Nesse sentido, a pesquisadora cita *O Cabeleira* (1876) de Franklin Távora, *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos, *Menino de engenho* (1932) de José Lins do Rego, *Sinhazinha* (1928) de Afrânio Peixoto, *O Quinze* (1930) de Rachel de Queiroz e *Luzia Homem* (1903) de Domingos Olímpio, além de contos de Monteiro Lobato.

Vale dizer que, com a Independência do Brasil em 1822 e a emergência de um forte movimento sociocultural de busca por uma identidade própria despida de outras influências, independente literária e politicamente, adotou-se uma perspectiva idealista tornando o índio como metáfora de representação nacional o "[...] transformando num protótipo literário, com pouca conexão com seu papel real na história brasileira" (SKIDMORE, 2012, p. 41). Num momento posterior, tomado por um sentimento de “descontentamento” e de criticidade para com o meio social passa a adotar como parâmetro de observação e de conhecimento a nua e crua realidade da nação, transformada em substância para o fazer literário. Logo, os temas referentes à educação interiorana não ficaram isentos.

Após esgotar a exploração do elemento indígena ou a percepção de que a imagem do índio não era mais suficiente para a autoafirmação da “cor local” e da identidade nacional optou-se pelo sertanejo para exprimir o nacional e ocupar o lugar de símbolo do regionalismo, papel este que até então era protagonizado pelo índio. Essa substituição justificava-se, segundo alguns críticos literários, pela crença de que os locais provincianos, rurais, ainda não estavam "contaminados" pelas influências externas.

Desse modo, o entusiasmo pela promoção da educação ganha impulso na primeira metade do século XX fazendo parte dos projetos literários, políticos e sociais do regime republicano, apesar dos indicadores apontarem uma tímida tomada de atitude em combater o alarmante quadro do analfabetismo que se alastrava desde os grandes centros aos longínquos rincões do país.

3 A ESCRITA DE JOÃO GUMES E UM LUGAR SOCIAL

O Alto Sertão da Bahia⁶ local de origem do escritor compreende de acordo com Neves (1999, p. 119), a “área angulada pelos rios São Francisco e seu afluente Verde Grande, que atualmente constituem partes das regiões econômicas do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina”. No que diz respeito ao povoamento da região e sua economia ressalta que começou com a instalação de fazendas de gado e pecuária com trabalho escravo.



Mapa 01 - Mapa do Alto Sertão da Bahia.

Fonte: PINTO, 2020, p. 14

Gumes nasceu no dia 10 de maio de 1858, na cidade de Caetité e morreu em 29 de abril de 1930. Filho de pais humildes, João Antônio dos Santos Gumes (de mesmo nome que

⁶ Gumes na *A Penna*, Ano II, n 40, p. 02, 18 de julho de 1913, define o Alto Sertão baiano como o vasto território das caatingas, carrascos, chapadas, charnecas, pseudomattos, que não é vestido de uniformes e pujantes florestas a que nomeamos de Matas, nesse espaço há os contrastes mais vivos e surpreendentes, além de uma variedade infinita de altitudes e aspectos que confundem e deslumbra.

o seu), professor, e de Ana Luiza das Neves Gumes, demonstrou desde cedo "forte pendor para as letras"; as letras deram-lhe a possibilidade de refletir a partir do seu lugar de fala e do seu lugar experiencial, o Alto Sertão Baiano (GUMES, 1970).

Homem de poucos recursos longe de fazer parte da “elite” econômica local detentora de posse de terras, embora estabelecesse boas relações com esse grupo, integra a “elite” intelectual, letrada e alfabetizada, mesmo sem condições econômicas para cursar o ensino secundário e dar continuidade aos estudos na capital, destino comum das elites na época, preferencialmente na faculdade de Direito (REIS, 2010). Atesta Sevckenko (1999, p. 39), sobre as relações sociais do período o enfrentamento de um processo de modificação na República, pois “[...] passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatível com a nova ordem da sociedade”.

Influenciado pelo espírito da época de construção de uma carreira no universo das letras, desejo latente que circundou desde os primeiros diplomados na faculdade baiana a sujeitos de pouca formação ou de instrução autodidata, João Gumes, insere-se nesse cenário conciliando com mesmo afincado o ofício de literato e jornalista com outras funções do setor público, a saber: mestre-preceptor, escrivão da Coletoria Geral, Tesoureiro e Secretário da Intendência e da Câmara Municipal, entre outras atividades. Mesmo sabendo que “viver das letras” no século XX não assegurava melhores condições de sobrevivência e nem de oportunidade de ascensão, especialmente nas regiões interioranas distante dos centros de prestígio do país em que o número de tipografias, o acesso, o fornecimento do material e a existência de um público alfabetizado foram bastante restritos.

O contato propiciado pelo exercício dos mais variados ofícios assumidos pelo escritor desde a atuação na educação doméstica no campo às atividades desenvolvidas no setor público, conferiu-lhe uma percepção singular das relações sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelo cidadão sertanejo baiano, ângulo estratégico para análise, contribuiu diretamente para a formação do seu caráter e pensamento crítico. Essa observação do meio e das mazelas sociais propulsionou o convite aos escritores, homens de letras do período, a refletirem seu espaço-temporal.

Vale destacar que o caetiteense não se afastou de sua cultura nem de suas origens por longos períodos. O processo de “desenraizamento cultural” (BOSI, 2006) era uma constante muito em voga na época devido à imigração sertaneja para o sul e sudeste do país em busca de melhores condições de vida.

João Gumes, sobre o ato de escrever, enfatiza que seu propósito consistia em tornar conhecida a região nos mais diferentes níveis, principalmente educacional, e o melhor meio

que encontrou para executar tal ação foi através da tessitura de narrativas verossímeis e da fusão entre o estético e o discurso sociopolítico. Nesse sentido, traz ao lume os romances *O Sampauleiro* (em dois volumes, 1922 e 1932), *Vida Campestre* (1926), *Pelo Sertão* (1927), *Seraphina* (s/d), *Os Analphabetos* (2014) e algumas peças teatrais – *A Abolição* (1920), *Intriga Doméstica* (s/d) e *Sorte Grande* (s/d) – os quais encontra-se disponíveis no APMC⁷. A maioria editadas em folhetins na tipografia do próprio autor, considerado gênero de melhor propaganda pelo escritor e de formação de opiniões não se restringiu a uma localidade específica, pois circulou entre leitores d’*A Penna* na Bahia, em outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, havendo no livro de registro do periódico 422 assinantes.

Simpatizante dos trabalhos tipográficos editou o primeiro jornal *O Caetiteense* em 1896, para prestar homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima após deixar o governo do Estado cuja administração favoreceu a educação de Caetité pela implementação da Escola Normal, e em 5 de março de 1898, dá vida ao jornal *A Penna* que celebrizou o autor mesmo postumamente. Em todo o alto sertão “a imprensa era *avis rara*”, mas, problemas políticos em 1903-1904, prejudicaram suas atividades laborais fazendo-o suspender a publicação d’*A Penna* e substituir pela edição intermitente de outros periódicos – *Lápis* e *A Filhinha*. Retoma as atividades somente em 1910 quando a vila de Caetité completara um século de instalação, definida como “orgam dos interesses comerciais e civilizadores do alto Sertão” as publicações d’*A Penna* seguem a partir dessa data até depois de sua morte (GUMES, 1970).

A imprensa pode ser agrupada em pequena e grande imprensa segundo Sodré (1977). A primeira se define por conta da frágil condição material, relegada aos espaços interioranos do país é caracterizada pela publicação reduzida, no que tinha de específico não sofreu muitas alterações na transição entre Império à Regência ou até mesmo do Império à República, contudo, diversificou muito quanto o conteúdo e o papel desempenhado, o que possibilitou atrelar “[...] a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características, suas necessidades” (SODRÉ, 1977, p. 07).

Na década de 1970, o número de estudos que se apropriaram de jornais como objeto de análise foi relativamente pouco, por mais que o itinerário de tais materiais abarcasse uma

⁷ Poucos são os críticos literários conforme Reis (2004), que se referem à prosa ficcional de Gumes. O que se tem são alguns fragmentos retiradas de Miguel-Pereira (1973, p. 184) que o aponta dentre os escritores nacionais como sendo um dos baianos que escreveu romances dentro desse gênero, “a este grupo se poderá prender João Gumes, que, em *O Sampauleiro*, estuda a imigração dos baianos das lavras para as lavouras paulistas [...]”; Pedro Calmon (1949), ao abordar a prosa no Brasil restringe-se em incluir na lista de romancista o nome do escritor; Afrânio Coutinho e J. Galante de Souza (2001) fala sobre o Gumes teatrólogo e romancista. Maria da Conceição Souza Reis em 2004, em sua tese, situa o escritor no regionalismo nacional e no contexto dos romancistas da literatura baiana.

bibliografia considerável, diferentemente dos documentos que gozou de melhor visibilidade, considerado como fonte mais indicada para a procura da verdade factual (LUCA, 2008). Luca (2008, p. 118), citando a dissertação e as reflexões de Capelato e Prado de 1980, ressalta que a escolha de um jornal como objeto de pesquisa tem como principal justificativa a compreensão da imprensa enquanto instrumento de manipulação de interesses, de intervenção na vida social e da negativa da ótica daqueles que o visualizam como mero veículo de informação, “transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos”, “isolado da realidade político-social na qual se insere”.

Representante dos diferentes aspectos da vida social, o jornal e a literatura, foram porta-vozes dos anseios do povo. A ligação dialética entre os planos social e informativo se faziam perceber pelos indícios da influência exercida pelo impresso sobre o comportamento da massa e dos indivíduos, além disso, o próprio jornalista expressava as suas finalidades e juízos de valor nas matérias que divulgavam, informação e opinião mesclavam-se no periódico (SODRÉ, 1977). João Gumes, não distanciou desta teoria preconizada por Sodré, deixou marcas de suas digitais na defesa da educação como o principal caminho que conduziria o sertão ao progresso, incentivou nos editoriais que publicavam, o letramento, uma maior inserção da população nas escolas e cobrou ação efetiva por parte do poder público.

O escritor baiano empenhado em representar o seu lugar de fala transforma a criação literária e a experiência social e histórica em “força criadora”, contribuindo para disseminar as representações coletivas do passado e deixando registro do seu testemunho no tempo (SEVCENKO, 1999). Jörn Rüsen (2001) atribui a esses homens de letras o que denomina “consciência histórica”.

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. (O termo "vida" designa, obviamente, mas do que o processo biológico, mas sempre também - no sentido mais amplo da expressão - um processo social). [...] A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem [...]. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida (RÜSEN, 2001, p. 58-59).

A consciência histórica por advir de situações práticas percebidas nas relações sociais é concretizada no momento em que o sujeito congrega experiências e interpretações do tempo para refletir a sua conjuntura. O escritor no processo de vida social expressou declaradamente

a partir da experiência e intenção no tempo uma tônica necessidade de combater o atraso da região desencadeado na sua percepção pela falta de instrução educativa.

3.1 Uma leitura a *contrapelo*: *Os Analphabetos* e *A Penna*

Para a constituição do presente capítulo e do subsequente escolhemos em específico duas produções de destaque do caetiteense que atribui maior ênfase as discussões educacionais, *Os Analphabetos* (1928) e as matérias d’*A Penna – As Escolas Normaes* (1903), *Escolas Normaes do Centro* (1904), *O Ensino Obrigatório* (1926), *Eschola Normal de Caiteté* (1926), *Eschola Normal* (1926), *A Eschola Normal* (1926) e *Pensae na Educação do Povo* (1927)⁸.

O romance narra uma história fictícia da segunda década do século XX em que o enredo tem como foco central o valor da instrução e a valorização da região do Alto Sertão da Bahia. O enredo se passa numa família sertaneja residente na zona rural do município de Caetité, depois prossegue para outros Estados como Minas Gerais e São Paulo.

Um dos protagonistas é Marcolino, lavrador de origem humilde, antissocial e analfabeto, “um d’esses typos selvagens que a educação de certos dos nossos antigos agricultores, mesmo abastados, de setenta annos para traz, nos legou para nosso atrazo” (GUMES, 2014, p. 21). Marcolino representa a manutenção das instituições e estruturas sociais tradicionais, sua imagem vai de encontro aos ideais progressistas de João Gumes para o espaço sertanejo. A representação desse personagem foi utilizada pelo escritor para criticar a ignorância proveniente do analfabetismo e ao conservadorismo da sociedade sertaneja ainda estruturada nos moldes conservadores.

Nogueira (2015, p. 39), observando os contextos educacionais das primeiras décadas do século XX em diferentes espaços, relata que em alguns rincões do território brasileiro, “[...] a vida transcorria lenta e calma, repetindo uma rotina assentada nos pilares da família patriarcal de matrizes fortemente autoritários e clientelísticos, perpetuada pelo marasmo e acomodação das populações ruralizadas”.

Marcolino é casado com Torquata que o auxilia nos mais diversos afazeres. Ela é apresentada de acordo com Pinto (2020, p. 24), como uma “interseção entre o conservadorismo de Marcolino e o progressismo de Zezinho. [...] aberta às inovações, porém, como seu marido, acreditava que seria necessário educar seus filhos no trabalho”, ideia comum para a população rural no período que não via perspectiva de ascensão por meio do

⁸ Respeitamos a escrita original do autor.

estudo, nem de melhores condições para adentrar nos espaços escolares dado o pequeno número de escolas, além da difícil condição de acessibilidade geográfica em que se encontravam, assim, Torquata não o contrariava.

Dos filhos que tiveram, o mais velho, Zezinho, sonhava com a alfabetização, “[...] quer aprender a ler, quer preparar o seu bello espirito, quer accender a lampada que o guiará nos lobregos caminhos desta vida; quer blindar-se contra os perigos que prevê no futuro” (GUMES, 2014, p. 141), porém seu pai avesso às letras não admitia tal “subversão”. “Seu pae, por, ignorancia crassa e mero capricho, quer reduzi-lo à condição de escravo de besta que lhe seja util como machina inconsciente, que lhe sirva ao egoismo” (GUMES, 2014, p. 141). Dessa forma, seus filhos monitorados por uma educação extremamente rígida assumiram obrigações na lavoura desde muito cedo.

O princípio da educação familiar no Alto Sertão Baiano naquele tempo conforme a trama romanesca era a base de “pão e pau”, os pais “enchendo bem a barriga dos filhos e levando-os as pauladas por qualquer falta, tinha cumprido a sua missão” (GUMES, 2014, p. 113). Educado desse modo Marcolino reproduzia os ensinamentos recebidos de seu pai para ensinar sua prole,

A ignorância, influída por uma péssima educação ou pelo meio atrasado, muita vez como já havia observado em diversos lugares do sertão, onde os pobres rústicos, na sua maioria, educam seus filhos às correiadas, e inçamlhes o espirito de quanto preconceito absurdo herdaram de seus antepassados é a causa de tornarem máus muitos indivíduos [...] (GUMES, 2014, p. 259).

O ideal de que a educação rígida por meio do trabalho pesado nas lavouras por si só seria suficiente para educar os jovens sertanejos e a falta de incentivo por parte do poder público em erradicar os estereótipos enraizados na sociedade ainda retrógrada e de introdução dessas pessoas no processo educacional levou João Gumes a escrever uma matéria de incentivo no jornal intitulada *O Ensino Obrigatório*, aconselhando os moradores do campo a levarem seus filhos para a escola.

Hoje, segundo a lei, somos obrigados a encaminhar nossos filhos á eschola quer queiramos, quer não; pois estamos sujeitos a penalidades rigorosas. Quando uma lei estabelece obrigação, é indispensavel como consectario della o castigo que lhe será inflingido pela inobservancia do que está estatuido; porque, se assim não fora, a obrigatoriedade deixaria de o ser, passaria a determinação facultativa, inefficiente. Creadas e providas escholas por todos os arraiaes, como pelas villas e cidades; installadas, como têm sido, caixas escholares para o auxílio dos pobrezinhos que não podem comprar livros, papel, etc.; dada á creança a

faculdade do comparecer à aula com o seu traje commum, mesmo que vá de pés nús e em mangas de camisa, contanto que vá limpinha, tanto no corpo como nas suas pobres roupas; o que lhes faltará para aprender senão a intelligencia, applicação e a boa vontade?.

Aconselhamos a todos os moradores do campo que meditem bem sobre isso; que mesmo procure pessoas entendidas que lhes dêem explicação mais extensas e detalhadas sobre o que acima expomos resumidamente, para o proveito de seus filhinhos.⁹

Provavelmente, o jornalista refere-se à Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925 de *Reforma a Instrução Pública do Estado*, que dispunha acerca dos princípios da gratuidade do Ensino Primário Elementar respeitando os termos da Constituição e da obrigatoriedade. No Art. 92, diz serem obrigados à frequência escolar gratuita as crianças de 7 a 12 anos de idade dispensadas desta obrigação apenas quando não houver escolas públicas numa área equivalente a dois quilômetros de distância, quando incapaz física ou mentalmente e enquanto não fornecerem escolas adequadas, além de considerar a condição de doença contagiosa, indigentes ou se receberem o ensino em casa ou estabelecimento particular, assim, cabe aos pais e tutores se responsabilizarem pela instrução e frequência das crianças na escola primária, se infringirem essa disposição da lei acarretará em multa (BAHIA, 1925).

Já o Art. 106 e 107 *das Instituições Auxiliares do Ensino do Caixa Escolar* com o fim de aumentar a frequência por parte das crianças desfavorecidas sugere a criação nos municípios de um caixa escolar em que seu patrimônio será constituído por produtos de festas beneficentes, donativos, auxílios do município e produto de multas. (BAHIA, 1925). Além do dispositivo legal Gumes afirma:

Para que o homem alphabetize, é preciso, é indispensavel que conheça as vantagens do saber ler e, em consequencia, tenha vontade d'isso. A causa d'essa ignorancia crassa do nosso povo é a refractariedade delle em geral ao aprender ler. [...] o alphabeto, que é a porta por onde nos encarreiramos no domínio do saber mas, alem de que nascem as mais das vezes em meios onde medra completa ignorancia, nelle encontram a opposição d'aquelles que por elles são responsáveis, e nem todos esses aspirantes congenitos ao saber terão a coragem e deliberação do nosso heróe (GUMES, 2014, p. 151).

Mesmo dentro da “epocha moderna”, da proclamação da República e abolição da escravatura, muitos sertanejos analfabetos e conservadores mantiveram a aversão às letras contribuindo para o agravamento da situação educacional da região. Além disso, o escritor faz uma crítica ao servilismo intelectual fomentado no sertão baiano pelos dirigentes políticos que para se “[...] garantirem em suas posições de destaque e assegurar o futuro de suas proles,

⁹ O ENSINO OBRIGATORIO. A Penna, Ano XV, p. 01-04, 01 de abril de 1926.

fomentam o servilismo, matam indirectamente os estímulos da multidão e, dizendo trabalharem pela prosperidade nacional, concorrem para nossa ruina” (GUMES, 2014, p. 409).

No entanto, o primogênito da família rural em destaque rompe com a condição de analfabeto. Encarregado de vender na feira da cidade o excedente da produção, Zezinho, entra em contato com um garoto que o ajuda a decifrar as primeiras letras. Em posse de uma cartilha e de uma pena improvisada ansiava se alfabetizar, contudo, descoberta as intenções por seu pai é severamente castigado e a partir desse incidente começa a tramocar a sua fuga e a fazer economias com o auxílio da mãe que de nada desconfiava para a empreitada pretendida. Na feira da cidade obtinha informações de grupos de *Sampauleiros* e de viajantes de Minas Gerais que pretendiam percorrer esse trajeto, assim, inicia a saga do jovem sonhador.

Chegando a Minas Gerais Zezinho encontra uma sociedade e um ambiente bem diverso do habituado. O jovem protagonista vê a possibilidade de concretizar seu sonho residindo e trabalhando na fazenda do Coronel Fidelis, homem estudado e de grandes anseios admirado com a persistência do jovem investe num projeto de alfabetização objetivando beneficiar aqueles que ali moravam. Totalmente na contramão da representação da imagem do coronel ligado ao conservadorismo e preso a estrutura escravocrata na história ficcional do escritor é essa personalidade que põe em prática a campanha de alfabetização, a ação se personifica portanto, na figura de um latifundiário visto como responsável pela realização de um admirável ato. Em consonância, Silva (2018, p. 130) destaca que “[...] Gumes parece querer sensibilizar os políticos e outros poderosos para a causa. Caberia aos letrados e cientes dos benefícios da leitura promover a alfabetização”.

O projeto implantado angaria visibilidade, sobretudo, por partir de um homem de poder detentor de bom capital financeiro.

A notícia da escola e dos ótimos resultados que se ia colhendo n’ella chegou ao conhecimento de muitos amigos que Fidelis tinha em Bello Horizonte e que pleiteavam perante as sumidades da política e governança um auxílio do Estado á obra de benemerencia que o honesto e progressista fazendeiro encetava. Assim, foi o coronel surpreendido por um acto do Governo que determinou uma subvenção á escola do coronel, que foi considerada de utilidade publica e teve meio de alargar as suas proporções, e mais serviços prestar na cruzada contra o analfabetismo (GUMES, 2014, p. 235).

Inicialmente instalada a escola em uma sala provisória das dependências da casa enquanto não encontrava local apropriado começa as atividades com um restrito número de alunos de ambos os sexos, de diferentes faixas etárias e condição social (GUMES, 2014).

[...] passado quatro anos da instalação definitiva da escola fundada pelo coronel Fidelis. O numero de crianças matriculadas não excedia de trinta, não só porque o fazendeiro não queria sobrecarregar a professora que, alem dellas, em curso nocturno, leccionava alguns adultos, dos jornaleiros que trabalhavam na fazenda, como porque só eram admittidas ao ensino crianças notoriamente pobres que não podessem frequentar escolas publicas (GUMES, 2014, p. 234).

Silva (2018, p. 130) no que se refere ao fragmento acima questiona: “isso indica que os estabelecimentos existentes não atendiam necessariamente essas crianças notoriamente pobres? Considerando o número da população pobre no Brasil, entende-se o porquê de tantos analfabetos no período”. Esse mesmo pensamento aparece no periódico *O Ensino Obrigatório*¹⁰ validando a pressuposição da pesquisadora, “quantos, desejando ardentemente instruir seus filhos, não o conseguem por excessiva pobreza [...]”.

A inserção da figura feminina no romance *Os Analphabetos* na docência revela a chegada dessa instituição no sertão baiano. Alice desde o tirocínio até receber o diploma da Escola Normal preferiu seguir a profissão de professora (GUMES, 2014), conforme Nogueira foi uma das únicas profissões no contexto progressista em que o gênero feminino ascendeu com o reconhecimento de que as professoras estavam contribuindo com a alfabetização dos espaços interioranos do país, a presença da Escola Normal na região fez da educação um espaço por excelência da participação feminina na sociedade de Caetité, “[...] ser professora primária, educadora das novas gerações, este era o destino traçado para algumas mulheres e das quais se exige um comportamento exemplar” (NOGUEIRA, 2015, p. 89).

A educação destinada às meninas e jovens deveria corresponder ao modelo da burguesia europeia já arraigado ao imaginário social, portanto deveria constar do domínio das prendas domésticas, o que por isso só era considerado como uma boa formação; assim, durante muito tempo o nível de formação dos jovens limitou-se a conhecimentos elementares de leitura e escrita, julgando-se desnecessário para aprofundar em outros estudos e investir numa educação mais completa. Para as moças das camadas mais favorecidas, a ênfase recaía nos princípios morais e religiosos, bem como na aprendizagem da rotina de uma casa; recebiam ainda, uma complementação com aula de piano ou de língua francesa, geralmente ministrado em suas próprias casas por professores particulares (NOGUEIRA, 2015, p. 152).

¹⁰ O ENSINO OBRIGATORIO. A Penna, Ano XV, p. 01, 01 de abril de 1926.

Permeiam ainda o enredo, o impostor, o compadre André, aproveitando do analfabetismo de Marcolino e de Torquata mente acerca do teor da carta deixada por Zezinho ao fugir. Ciente dos fatos passa a receber toda a correspondência que chega no correio da cidade endereçada à família não as entregando e embolsando as significativas somas de dinheiro enviadas pelo rapaz.

O fato de saber ler e escrever possibilita André, antagonista da ficção, exercer poder, subjugar e manipular aqueles que se encontravam em situação desfavorável, ora que, desconheciam a escrita e a leitura. Contrapõe se aqui de um lado os que detém o conhecimento conferido pela alfabetização e do outro os que não dominam o saber formal, estabelece-se portanto, uma relação nítida de poder de um sobre o outro e o que determina essa situação é a inserção no ambiente escolar e no processo de ensino-aprendizagem, por isso, muito se criticou acerca dessa dependência e do “servilismo intelectual” fomentado (a exemplo de João Gumes e Anísio Teixeira) responsável por subordinar os que não tiveram oportunidades de estudar, os não-alfabetizados, ao domínio dos letrados. Assim, o personagem usa esse poder a seu favor e para proveito próprio, mesmo que sua conduta contrarie o politicamente correto.

O desfecho do romance se consolida com a ascensão do rapaz através da alfabetização e do trabalho. O protagonista consegue possibilitar melhores condições de vida para sua família e fazer com que percebam a importância da leitura e da escrita. Além de refletir sobre as dificuldades da falta de letramento na vida social e privada de seus cidadãos, o livro remete o leitor para o contexto do século XX e para o espaço do Alto Sertão baiano.

O escritor assume para si a missão de propagador e representante das causas educacionais. No editorial *Pensae na Educação do Povo* (1927) escreve: “eduquemos o povo sertanejo para a vida prática, para a civilização intensa do mundo social” e enfatiza a necessidade de que “mostremos-lhe o caminho da realidade e do trabalho, mas não se esqueçam os poderes públicos da assistência jurídico-administrativa”¹¹. João Gumes reivindicou oportunidades semelhantes de progresso das outras regiões, e a educação “arma cívica”, “redentora da humanidade”, constituía-se num dos recursos para fornecer as condições de modernização.

3.2 *Caetité exporta professores: Escolas Normais n’A Penna*

¹¹ PENSÆ NA EDUCAÇÃO DO POVO. A Penna, Ano XV, p. 01-02, 15 de setembro de 1927.

“As Escolas Normaes sertanejas ninguém poderá contestar com fundamento; são o meio de melhorar a situação do atrazo e ignorância desta região”¹². Frequentemente, João Gumes veiculava n’A *Penna* notícias acerca da chegada da Escola Normal no município de Caetité, fato este que ocorreu inicialmente entre 1895-1903, contudo, após seu fechamento o jornalista coloca o periódico a serviço das manifestações a favor de sua reabertura deixando resquícios a posteriori do seu posicionamento a respeito nos vários textos publicados. Na seleção do *corpus* d’A *Penna* observamos que essa discussão adentra os anos de 1903 até 1928, insistindo na necessidade de reabertura dessa instituição educativa na cidade.

No governo do Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima a Lei republicana número 117 de 24 de agosto de 1895 de *Organização do Ensino na Bahia* é aprovada, criando a primeira Escola Normal de Caetité. Em seu primeiro artigo a Lei postula que o ensino público no Estado da Bahia tem por objetivo criar, organizar e manter instituições destinadas para o desenvolvimento integral do sujeito no seio familiar e da sociedade (BAHIA, 1895).

No final do ano de 1898 a escola é implementada na cidade. O curso exclusivamente feminino tinha como objetivo formar professores para o ensino primário, o qual funcionou durante quatro anos e diplomou três turmas, 1901, 1902 e a última em 1903, compreendendo um total de 22 alunas¹³. A memorialista Mariêta Lobão Gumes (1974) diz que foi,

No fim do quadriênio, em 1903, com término de seu mandato, LUIZ VIANNA foi substituído por SEVERINO VIEIRA que, não adotando a linha política defendida pelos militantes caetiteenses, suprimira, simplesmente suprimira a Escola Normal de Caetité, num total descaso pelas consequências que esse ato, puramente político, causaria a uma região inteira, prejudicando-a no que de melhor, de mais legítimo e mais essencial ao seu desenvolvimento e cultura a sua Escola Normal (GUMES, 1974, p. 65, grifo da autora).

O decreto 215 de 29 de dezembro de 1903 fechou a Escola Normal das cidades de Caetité e Barra, ignorando a importância dessas instituições em atender as necessidades educacionais do meio social dos sertões baianos. Essa medida, além de constituir num desserviço e atentado contra o povo¹⁴, prejudicaria o futuro daquela região. Indignado, João Gumes publica diversas matérias sobre o assunto e critica a falta de manifestação contra o seu fechamento, a não ser algumas importantes personalidades como o Sr. Rogaciano Pires

¹² ESCHOLA NORMAL DE CAITETÉ. A *Penna*, Ano XV, p. 01-04, 29 de abril de 1926.

¹³ Ver a respeito o livro *Caetité – Pequena e Ilustre* (1995), da memorialista Helena Lima Santos. A autora pontua o nome de cada uma das alunas que formaram nos respectivos anos e as disciplinas ministradas, além de fornecer informações históricas e culturais do lugar.

¹⁴ AS ESCHOLAS NORMAES. A *Penna*, Ano VI, p. 01-04, 02 de maio de 1903.

Teixeira que levantou enérgico protesto e o órgão de publicidade *Diário de Notícias*, que, com a "independencia da acções que lhe são peculiares" se posicionaram contra a medida tomada pelo Governo que afetava diretamente "o pobre e esquecido sertanejo, ninguém mais levantou um brado, ninguém mais patenteou a indignação [...]"¹⁵.

Apesar da instrução ainda escassa e deficiente nos municípios baianos, a instalação das Escolas Normais contribuiu para alavancar a área educativa levando algumas cidades a se destacarem como centro de formação docente, a exemplo de Caetité, oportunizando àqueles que desejavam estudar numa região de maioria populacional analfabeta, de baixa condição econômica e de difícil acesso à capital.

Observando o estabelecimento dessas instituições na Bahia o escritor afirma que não só ele, mas o ilustre Dr. Goés Calmon acha-se convencido de sua importância em combater o analfabetismo presente na grande maioria da população sertaneja que por gerações vem ameaçando, além disso, alimenta a esperança de através destas escolas poderem num futuro próximo contar com professores nascidos e conhecedores das condições sociais de seu meio exercendo a profissão e contribuindo para instruir a região¹⁶.

O problema da instrução enfrentada pela administração pública entra nas discussões dos "homens de Estado". Na gestão do Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, no dia 21 de abril de 1926, em que tinha como Diretor Geral de Instrução o caetiteense Anísio Spínola Teixeira, a reabertura da Escola Normal do município de Caetité é concretizada.

¹⁵ ESCHOLAS NORMAES DO CENTRO. A Penna, p. 01, 12 de fevereiro de 1904.

¹⁶ A ESCHOLA NORMAL. A Penna, Ano XV, p. 01, 04 de fevereiro de 1926.

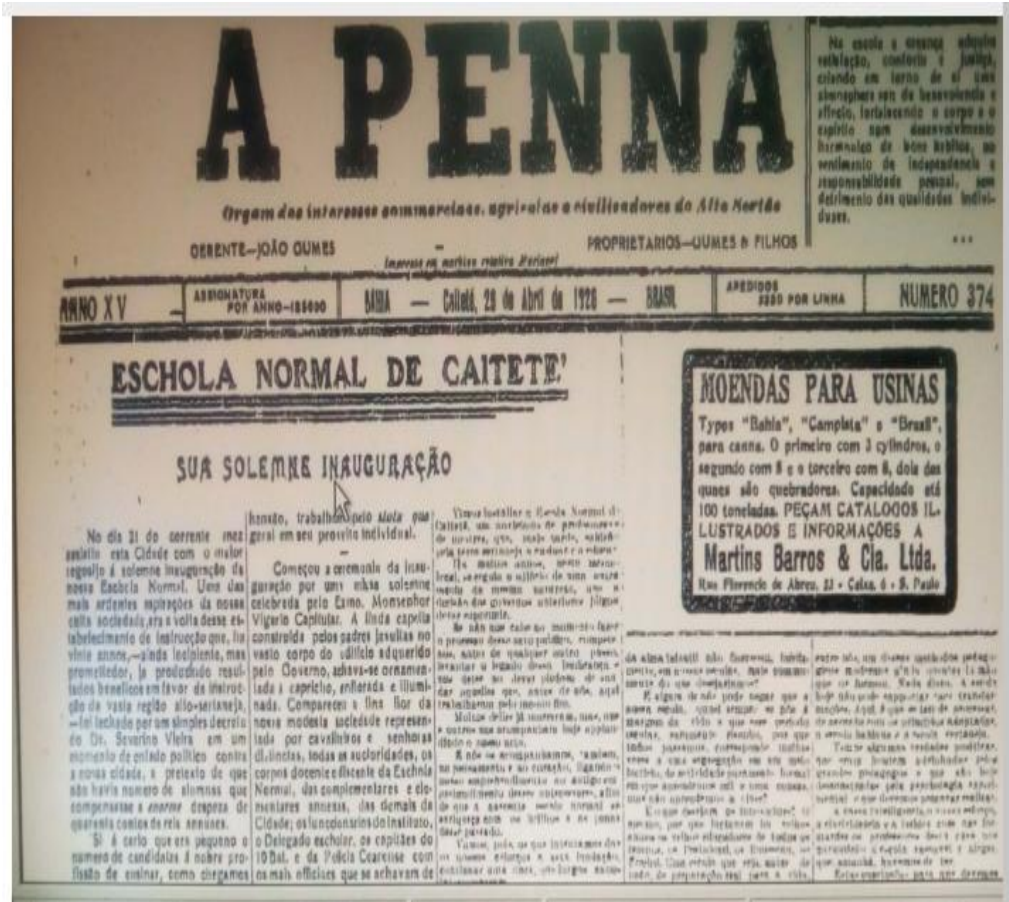


Figura 01: Edição de 29 de abril de 1926, noticiando a inauguração da Escola Normal em Caetité.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

A *Penna* estampa no dia 29 do corrente mês a seguinte reportagem – *Eschola Normal de Caetité: Sua Solemne Inauguração*¹⁷ – a reportagem informa que a população assistiu com maior regozijo a solenidade da volta desse estabelecimento de instrução que há vinte anos produziu resultados benéficos em favor do quadro educacional da região alto-sertaneja, fechado a pretexto de que não havia número de alunas que compensasse a enorme despesa de quarenta contos de reis anuais. Argumentando contra, João Gumes diz que se o número de matriculados foi insuficiente no primeiro ano a razão justifica-se por não ter tido escolas primárias e fundamentais que habilitassem a mocidade a requerer a sua admissão, um quantitativo grande de candidatos desejando realizar a matrícula não a conseguiram por impossibilitados.

Em matéria do dia 11 do mês de março de 1926, João Gumes comunica a população do telegrama recebido pelo inspetor regional para o qual chama a atenção das mocinhas e dos mancebos informando da abertura das inscrições para a matrícula e exame de admissão para o

¹⁷ ESCHOLA NORMAL DE CAITETÉ. *A Penna*, Ano XV, p. 01-04, 29 de abril de 1926.

primeiro ano da Escola Normal, e dos pais de família para a abertura dos cursos do ensino elementar infantil com a inscrição das crianças a ser feita dentro do mesmo prazo¹⁸.

A Escola Normal de Caetité no primeiro ano após sua instalação em 1927, já demonstrava bons resultados na difusão do ensino secundário, dados extraídos por Nogueira (2015, p. 152) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* de 1932, mostra que foram matriculados 408 alunos da seguinte forma: “na Escola Normal – 1º ano: 13 alunos (apenas um do sexo masculino); 2º ano: 11; Curso Fundamental – 1º e 2º anos: 34; escolas anexas – sexo masculino 31, sexo feminino 37, jardim infantil: 29; escolas reunidas (4 classes) 198; escolas noturna: 52.”

[...] nota-se que o jardim infantil faz parte destes números, talvez por não ser considerado parte integrante do chamado Ensino Primário; é bom lembrar também que a estrutura dos níveis de ensino e suas denominações passaram por sucessivas mudanças em seus processos de reforma. A 2ª Escola Normal tinha o curso normal de 4 anos e o curso fundamental de 2 anos necessários para o ingresso no anterior. O Ensino Público no Estado da Bahia, pela Lei 1.846 (14/08/1925), compreendia: 1º– o ensino infantil; 2º– o primário elementar; 3º– o ensino primário superior; 4º– o ensino complementar; 5º– o ensino normal; 6º– o ensino secundário; 7º– o ensino profissional; 8º– o ensino especial (NOGUEIRA, 2015, p. 152).

Sobre a existência das Escolas Normais, Pinto (2020) destaca a afirmativa feita em 2009 por Martins, de que essa instituição laica surge após cinco anos da eclosão da Revolução Burguesa na França, apesar da breve existência, pois funcionou de janeiro a maio de 1795, deixou para as experiências futuras a sua concepção para a formação de professores, a criação de programas completos orientados pela pesquisa científica, além de inspirar nas questões estruturais de organização dos cursos.

[...] a influência francesa na criação do processo educacional brasileiro é nítida. O iluminismo e o positivismo, correntes políticas e filosóficas dominantes na França forneceram o aparato ideológico para construção do plano educacional e político daquela sociedade; a laicidade do estado, a defesa da livre expressão e o culto ao processo racional deveriam ser a base do estado francês pós-revolucionário. O Brasil, com sua “república inventada”, cópia esses ideais e os institui como base cultural e educacional da sua sociedade (PINTO, 2020, p. 30).

É nesses anos situado entre 1890 e 1931, caracterizado pelo ideário iluminista republicano que as escolas com esse perfil de formação são consolidadas pela gradativa implementação das Escolas Normais no Estado, as quais exerceram um papel exponencial

¹⁸ ESCOLA NORMAL. A Penna, Ano XV, p. 01, 11 de março de 1926.

para o desenvolvimento educacional através da preparação de professores para o exercício da docência, além disso, as correntes na época prezavam pelo ensino de valores familiares, profissionais e éticos dos indivíduos, ideias estas que influenciaram a concepção guminiana.

Santos (1995) afirma que em certa época a cidade de Caetité ganha o *slogan* “Caetité exporta professores”, tendo em vista que a Escola Normal da cidade foi responsável por contribuir para a formação e fornecimento de um maior número de educadores qualificados para lecionar em diferentes lugares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo prendeu-se à perspectiva de análise da educação na região do Alto Sertão Baiano a partir dos registros escritos de João Antônio dos Santos Gumes em diálogo com outras fontes bibliográficas, documentais e memorialísticas, a fim de melhor compreender o que expunha o literato e jornalista acerca da instrução nas primeiras décadas do século XX.

No decorrer desta pesquisa a necessidade de historicizar a escrita guminiana e situá-la no tempo da sua produção, compreendendo-a como resultante da inserção social, política e econômica, conduziu-nos a analisar através de uma postura dialógica o espaço em que o autor viveu e a perscrutar as particularidades e os anseios do lugar naquela época, além de observar as discussões acerca da situação educacional e de seu panorama a nível nacional e regional através dos indicadores apresentados, sobretudo entre os anos de 1903 a 1928, foi preciso ainda, incursionar pela sua vida pessoal e profissional.

É no cenário pós-abolicionista e republicano no Brasil que a necessidade de instruir a população é posta e a escolarização como projeto de modernização e civilização começa a ser perseguida nas diversas regiões do país, além de fazer parte das medidas sociopolíticas do regime permearam também os propósitos literários.

Perscrutadas por João Gumes, as transformações ocorridas no país, bem como, as ideologias emanadas do discurso progressista e de alfabetização de uma sociedade eminentemente rural e majoritariamente analfabeta, ainda estruturada sobre os moldes conservadores, foram levados por meio da escrita para os rincões do sertão baiano. Nessa perspectiva, observamos que o tema da educação e da alfabetização regional, eixos fundantes da presente análise, foram recorrentemente explorados nas produções do intelectual caetiteense durante o percurso de sua vida.

Advindo de um seio familiar simples e de uma realidade sertaneja, João Gumes, vivenciou os problemas e os obstáculos enfrentados pela cidade em propiciar uma educação inclusiva e democrática para seus conterrâneos, tendo em vista o restrito número de instituições públicas e gratuitas, o número insuficiente de vagas para matrícula, a falta de mobilização e de políticas por parte do poder público em alfabetizar o sertão baiano e de medidas que incentivassem a população pobre, campesina, a submeter seus filhos ao processo de formação.

Privilégio de poucos, a educação desde a colônia esteve relegada a uma restrita classe detentora de recursos financeiros, não se aplicando de forma uniforme e igualitária no país,

tampouco nos municípios interioranos, locais distantes dos grandes centros em que a invisibilidade corroborou ainda mais para aprofundar as disparidades.

Para além do regional, João Gumes engloba uma preocupação constante dos homens de letras na época, a de denunciar e de modificar os elevados índices de analfabetismo do país e de seus longínquos espaços ainda recém-saídos do processo escravocrata. Não assumindo uma posição de neutralidade e sim de “formador de opinião”, o escritor, ciente da carência de sua terra demonstra em *Os Analphabetos* e n’*A Penna* uma tônica necessidade de representação de seu espaço de nascimento e dos problemas locais.

A escrita guminiana valiosa como aporte para o estudo da região alto sertaneja da Bahia e para entender dentro dos moldes e da forma de pensar da época desempenha um exímio papel social. Afinado com as mudanças ocorridas e com as ideias educacionais, suas reivindicações reverberaram e mantiveram um diálogo constante com as urgências da sociedade de seu tempo, evidenciando assim, não só o homem de letras, mas o homem de ação que João Gumes foi.

5 LISTA DE FONTES

a) Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC

Jornal: A Penna

Período: 1903-1928

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES

Sociedade do jornal A Penna - 1921

Série: Contrato

Cx: 01 Mç: 06

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES

Assinantes do jornal A Penna – 1924

Série: Livro de Registro

Cx: 01 Mç: 02

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES

Biografia de João Gumes feita por Sadi Gumes – 1970

Série: Manuscritos

Cx: 02 Mç: 03

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES (1922-1970)

Manuscritos

Periódicos

Diversos

Folhetins

Cx: 02

b) Impressos

LIVROS:

GUMES, João Antônio dos Santos. **Os Analfabetos**. Salvador: EDUNEB, 2014.

LITERATURA MEMORIALISTA:

GUMES, Marieta Lobão. **Caetité e o clã dos Neves**. Salvador, 1974.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité - pequenina e ilustre**. 2. ed. Brumado/BA: Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1995.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Natália Regina de; LEITE; Siomara Borba. Disciplina Pesquisa em Educação: métodos e técnicas como ações teóricas. **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 2, p. 273-288, 11 out. 2013. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2342/pdf_6> Acesso em: 05 jun. 2020.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 2, p. 23-79.

BAHIA. **Lei nº 117, de 24 de Agosto de 1895**. Organização do Ensino na Bahia. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>> Acesso em: 12 dez. 2021.

BAHIA. **Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925**. Reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>> Acesso em: 12 dez. 2021.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em: <<https://www.portalconservador.com/livros/Michel-de-Certeau-A-Escrita-da-historia.pdf>> Acesso em: 29 maio 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de historiador: historiador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). **A história contada: capítulo de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 17, p. 223-258, nov. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+%28RBEP%29+--+Num+35/c18a812b-98ce-49fc-a8d3-ac2542c314c8?version=1.0>> Acesso em: 14 jan. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 4, p. 111-153.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 12, p. 117-142, Jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/sucessao_dominial.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes** (Alto Sertão baiano – 1897 a 1930). 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto Sertão da Bahia, 1897-1930**. São Paulo: Intermeios, 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINTO, Diego Raian Aguiar. **A educação, o povo e as práticas culturais sertanejas nos escritos de João Gumes: Alto sertão da Bahia, 1880 – 1930**. 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) - Universidade do Estado da Bahia, Caetité, Bahia, 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Hommes de Lettres na “Corte Do Sertão”: João Gumes e a escrita social. **Veredas da História**, v. 4, n.2, p.151-169. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/72/75>> Acesso em: 06 abr. 2020.

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)**. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/wp->

content/uploads/2017/11/REIS_INST%C3%82NCIAS-FORMATIVAS.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020.

REIS, Maria da Conceição Souza. **O Sampauleiro**: romance de João Gumes. 2004. 513 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11601/1/Maria%20Reis.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica - teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuQk9ablpDcHphcjA/edit>> Acesso em: 05 ago. 2020.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e memória**: dimensões da vida urbana - Caetité - 1940-1960. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2001.

SAVIANI, Dermeval. História da educação e política educacional. In: SBHE (Org.). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001. Cap. 2, p. 11-19.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. Cap. 1, p. 3-27.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Maurina Lima. **Personagens analfabetos**: de percursos sociais ao romance de João Gumes. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/52200/2018-0114.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 01 out. 2021.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edição do Graal, 1977.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. **A casa e os seus mestres**: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de Oitocentos. 2004. 336 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=especifico&nrSeq=4624@1>> Acesso em: 03 nov. 2020.